



## **CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA**

CNPJ 01.637.481/0001-03 - MINAS GERAIS - BRASIL

### **PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº 067/2022 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

#### **RELATÓRIO**

1. De autoria do Prefeito, o Projeto de Lei nº 067/2022, que *“Altera o artigo 2º da Lei 458, de 20 de fevereiro de 2009, para aumentar a margem de consignação de empréstimos e/ou financiamentos concedidos a servidores públicos municipais por instituições financeiras”*.
2. Publicada, a proposição foi distribuída a estas Comissões para manifestar-se, de forma conjunta, via parecer, em atendimento ao disposto no artigo 83 do Regimento Interno.
3. É sucintamente, o relatório.

#### **FUNDAMENTAÇÃO**

4. Em sede preliminar, reconheço estarem presentes todos os requisitos intrínsecos à apresentação da proposta, sobretudo aqueles pertinentes à competência, eis que o assunto envolve matéria de exclusivo trato por parte da municipalidade, a teor do que dispõe o art. 30, I, da Constituição Federal, por tratar de assunto de interesse local. Também não vejo óbice quanto à iniciativa (legitimidade), vez que trata de matéria de natureza reservada, de competência do Prefeito Municipal, conforme inciso I, parágrafo 1º do artigo 107 da Lei Orgânica Municipal.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA**

CNPJ 01.637.481/0001-03 - MINAS GERAIS - BRASIL

5. No mérito, o Prefeito Municipal busca alterar o artigo 2º da Lei 458, de 20 de fevereiro de 2009, para aumentar a margem de consignação de empréstimos e/ou financiamentos concedidos a servidores públicos municipais por instituições financeiras”.
6. Pela proposta, o referido artigo passa a autorizar que servidores públicos municipais possam obter financiamentos, na modalidade de consignação em folha de pagamento, até o limite de 40% (quarenta por cento) de sua respectiva remuneração, sendo que 35% (trinta e cinco por cento) serão destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de créditos consignados ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito consignados.
7. Em sua mensagem anexa ao projeto de lei, o Prefeito Municipal justifica a apresentação da proposta sob o argumento que *“durante a pandemia ocasionada pelo coronavirus o governo federal editou a MP 1006/2020, aumentando a margem de consignação de servidores públicos para 40% (quarenta por cento), sendo que 35% (trinta e cinco por cento) serão destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de créditos consignados ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito consignados. Tal medida provisória se deu com o intuito de amenizar os problemas enfrentados pela grave crise aumentando a oferta de crédito na economia em um momento de emergência”*.
8. E prossegue a Mensagem dizendo que *“tendo em vista a galopante infração que passamos nos últimos dois anos, sentida também pelas famílias do nosso Município e com vistas a atender as constantes solicitações dos servidores públicos, o Ente municipal, através do Prefeito, entendeu por bem seguir a legislação federal e aumentar*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA**

CNPJ 01.637.481/0001-03 - MINAS GERAIS - BRASIL

*o limite de consignação de seus servidores públicos e agentes políticos para 40% (quarenta por cento).*

9. Destarte, não vejo óbice à aprovação da proposta.

### **CONCLUSÃO**

10. Em face do exposto, voto pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 067/2022 e no mérito, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2022.

  
Vereadora **JAZILMA GONÇALVES CHAVES**  
Relatora